



**CÂMARA MUNICIPAL DA
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA**

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

004. PROVA OBJETIVA

ANALISTA LEGISLATIVO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **07**.

Desde o fim do século XVIII, o ser humano tenta usar a tecnologia para replicar a voz. O exemplo mais antigo de que se tem notícia é o dispositivo criado por Wolfgang von Kempelen, oficial da corte austríaca e inventor amador. A máquina falante de Kempelen, como ficou conhecida, usava um fole, tubos, pedaços de madeira e uma caixa de ressonância para replicar a emissão vocal a partir da circulação de ar – é mais ou menos o mesmo processo do corpo humano. O sistema, embora primitivo, era capaz de emitir alguns fonemas e até palavras simples, como “mama” e “papa”. Duzentos e cinquenta anos depois da invenção de Kempelen, a tecnologia de reprodução da voz humana avançou tanto que, agora, é quase impossível para um leigo diferenciar um discurso real, feito por uma pessoa de carne, osso e cordas vocais, de outro criado em computador.

O notável desenvolvimento de vozes sintéticas deu origem, por sinal, a um mercado bilionário – e perigoso. De acordo com dados do instituto de pesquisa MarketsandMarkets, o setor movimentou 8,3 bilhões de dólares em 2021 e deverá alcançar 22 bilhões de dólares até 2026. É uma área que inclui assistentes virtuais como Siri e Alexa, sistemas de atendimento virtual de bancos e até celebridades que emprestam a voz para aplicativos. O perigo reside na possibilidade de replicar vozes reais para, por exemplo, fins políticos, fraudes ou ataques a reputações.

No vale-tudo da arena política, as vozes sintéticas podem causar enormes estragos. O cineasta Jordan Peele, do aclamado *Corra!*, criou um vídeo do ex-presidente Barack Obama usando a tecnologia *deepfake*, que mescla imagens reais com falas falsas, para alertar sobre os riscos. “Estamos entrando em uma era em que nossos inimigos podem fazer com que qualquer um pareça dizer qualquer coisa”, disse a voz fake de Obama.

Nesse contexto, plataformas como WhatsApp e Telegram, nas quais mensagens de áudio são amplamente usadas, representam um perigo adicional.

A tecnologia tem sido explorada também na área da saúde. Foi graças aos avanços na criação de vozes sintéticas que o ator Val Kilmer, vitimado por um câncer na garganta, recuperou parte da capacidade de se expressar. As novas tecnologias, vale ressaltar, são capazes de realizar feitos únicos – e positivos. O que não é certo é usá-la para propagar mentiras. Cada vez mais será preciso manter os ouvidos bem atentos.

(André Sollitto, Voz ativa. *Veja*, 23.02.2022. Adaptado)

01. É correto afirmar que o texto apresenta ao leitor

- (A) opiniões, apoiando sem restrições o uso da tecnologia na recriação da realidade virtual.
- (B) opiniões, empregando argumentos consistentes para desautorizar o uso da tecnologia para fins filantrópicos.
- (C) informações, citando fatos históricos que demonstram o insucesso no emprego da tecnologia em todos os tempos.
- (D) informações e alerta para o uso inadequado de uma tecnologia que tem aplicações para beneficiar pessoas.
- (E) opiniões, sugerindo sanções ao emprego da nova tecnologia para a produção de factoides na esfera política.

02. Um recurso utilizado pelo autor como argumento para demonstrar o potencial do mercado de vozes sintéticas é a referência

- (A) ao invento inovador de Kempelen.
- (B) a dados de instituto de pesquisa.
- (C) a plataformas virtuais conhecidas.
- (D) a dados do século XVIII.
- (E) à cura do ator Val Kilmer.

Para responder às questões de números **03** e **04**, considere a seguinte passagem do texto:

Duzentos e cinquenta anos depois da invenção de Kempelen, a tecnologia de reprodução da voz humana avançou tanto **que, agora, é quase impossível para um leigo diferenciar um discurso real, feito por uma pessoa de carne, osso e cordas vocais, de outro criado em computador.**

03. A relação de sentido expressa pelo trecho em destaque, em relação ao trecho precedente, é de

- (A) condição.
- (B) modo.
- (C) concessão.
- (D) proporção.
- (E) consequência.

04. O trecho – Duzentos e cinquenta anos depois da invenção de Kempelen... – está reescrito de acordo com a norma-padrão de concordância em:

- (A) Já faz duzentos e cinquenta anos desde a invenção de Kempelen...
- (B) Passado já duzentos e cinquenta anos da invenção de Kempelen...
- (C) Já fazem duzentos e cinquenta anos desde a invenção de Kempelen...
- (D) Já se passou duzentos e cinquenta anos da invenção de Kempelen...
- (E) Já fazem mais de duzentos e cinquenta anos desde a invenção de Kempelen...

05. Assinale a alternativa que substitui, de acordo com a norma-padrão e respectivamente, os trechos destacados no primeiro e no terceiro parágrafo do texto:

- O exemplo mais antigo **de que se tem notícia...**
- “Estamos entrando em uma era **em que** nossos inimigos podem fazer com que qualquer um pareça dizer qualquer coisa”.

- (A) do qual se conhece ... onde
- (B) que se sabe ... aonde
- (C) de que se sabe ... na qual
- (D) o qual se sabe... a qual
- (E) o qual se conhece ... onde

06. O trecho destacado na passagem “O sistema, **embora primitivo**, era capaz de emitir alguns fonemas e até palavras simples...” está reescrito com seu sentido preservado em:

- (A) desde que original
- (B) mesmo instintivo
- (C) apesar de rudimentar
- (D) portanto tosco
- (E) porque primário

07. O efeito de sentido do emprego do travessão na passagem “O notável desenvolvimento de vozes sintéticas deu origem, por sinal, a um mercado bilionário – e perigoso.” é

- (A) contradizer a informação objetiva que o antecede.
- (B) corroborar a informação subjetiva que o antecede.
- (C) minimizar o impacto da informação que ele introduz.
- (D) destacar a importância da afirmação que ele introduz.
- (E) sintetizar a informação objetiva que o antecede.

Leia a tira, para responder às questões de números 08 e 09.



(André Dahmer. Malvados. Disponível em: <https://www.roendolivros.com.br>. Acesso em: 04.03.22)

08. No contexto dado, a última fala da tira expressa,

- (A) explicitamente, o interesse em responder à pergunta do interlocutor sem deixar dúvidas sobre o presente.
- (B) por meio de uma afirmação categórica, uma resposta objetiva em relação à pergunta incoerente do interlocutor.
- (C) implicitamente, uma visão promissora que consiste em afirmar valores que não se perdem com o passar do tempo.
- (D) tanto implícita quanto explicitamente, um juízo de valor positivo em relação à junção dos tempos presente e futuro.
- (E) por meio do jogo de palavras, uma perspectiva crítica ao associar o futuro a um retrocesso.

09. A palavra “presente” está empregada, nas falas do segundo e do terceiro quadradinhos, com sentido, respectivamente, de

- (A) lembrança e flagrante.
- (B) momento certo e existente.
- (C) momento atual e manifesto.
- (D) dádiva e frequente.
- (E) período de tempo e referente.

10. Assinale a alternativa que preenche, na sequência, as lacunas do texto a seguir, de acordo com a norma-padrão de concordância e colocação pronominal.

_____ as condições que envolvem o conflito, não _____ descartar questões de soberania, as quais _____ na discussão de soluções o mais _____ conciliadoras.

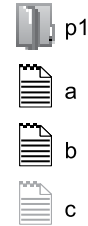
- (A) Dado ... se poderia ... apresentam-se ... possíveis
- (B) Dadas ... poderia-se ... se apresentam ... possível
- (C) Dadas ... poderiam-se ... apresenta-se ... possíveis
- (D) Dado ...se poderiam ... se apresenta ... possível
- (E) Dadas ... se poderiam ... se apresentam ... possível

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Um usuário acessou uma pasta em um computador com MS-Windows 10, por meio do aplicativo Explorador de Arquivos, ambos em suas configurações padrões, e viu o conteúdo mostrado a seguir.



Em seguida, o usuário alterou uma opção de visualização e o conteúdo exibido na mesma pasta passou a ser o seguinte:



Pode-se afirmar que o arquivo exibido com nome “c”

- (A) está protegido contra gravação, em modo somente leitura.
- (B) foi apagado e encontra-se na lixeira.
- (C) está oculto.
- (D) possui extensão de arquivo inválida para o Windows 10.
- (E) não pode ser aberto.

12. Observe a imagem a seguir contendo uma tabela em um documento do MS-Word 2016, em sua configuração padrão. As marcas de parágrafo estão ativadas.

Blablaba·blaba·blablaba·Blablaba·blaba·Blablaba·blaba·blablaba·Blablaba·blaba·blablaba·Blablaba·blaba·blablaba·Blablaba·blaba·blablaba·Blablaba·blaba·blablaba	Bleblebleble·bleble·bleblebleble·bleble·blebleble·Bleblebleble·blebleblebleble·bleble·bleble·Bleblebleble·Bleblebleble·bleble·blebleblebleble·blebleblebleble·bleble·blebleblebleble·blebleblebleble
--	--

O usuário colocou o cursor na primeira célula da tabela e escolheu uma opção de alinhamento da guia Layout nas Ferramentas de Tabela e isso resultou na tabela exibida a seguir.

Blablaba·blaba·blablaba·Blablaba·blaba·Blablaba·blaba·blablaba·Blablaba·blaba·blablaba·Blablaba·blaba·blablaba·Blablaba·blaba·blablaba·Blablaba·blaba·blablaba	Bleblebleble·bleble·bleblebleble·bleble·blebleble·bleblebleble·blebleblebleble·blebleblebleble·blebleblebleble·blebleblebleble·blebleblebleble·blebleblebleble·blebleblebleble·blebleblebleble
--	--

O tipo de alinhamento escolhido foi

- (A) alinhamento à esquerda inferior.
- (B) alinhamento à direita superior.
- (C) alinhamento centralizado superior.
- (D) alinhamento centralizado inferior.
- (E) alinhamento à esquerda centralizado.

13. A planilha a seguir foi elaborada por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão, para mostrar quando um documento pode ser liberado após passar por determinadas comissões. Uma fórmula foi colocada na célula C2 e arrastada pela alça de preenchimento para as demais células da coluna C.

	A	B	C
1	Comissão A	Comissão B	Liberado
2	Sim	Sim	VERDADEIRO
3	Sim	Não	FALSO
4	Não	Sim	FALSO
5	Não	Não	FALSO

A fórmula contida na célula C2 que atende ao enunciado e aos valores vistos na imagem é

- (A) =E(A2="Sim";B2="Sim")
 (B) =OU(A2="Sim";B2="Sim")
 (C) =NÃO(A2="Sim";B2="Sim")
 (D) =VERDADEIRO(A2="Sim";B2="Sim")
 (E) =FALSO(A2="Sim";B2="Sim")
14. No buscador Google.com, após serem inseridos os termos de busca _____, os resultados exibidos contêm a palavra nova, mas não a palavra outra.
 A alternativa que preenche corretamente a lacuna do enunciado é
- (A) nova +outra
 (B) outra -nova
 (C) "nova outra"
 (D) "nova" outra
 (E) nova -outra
15. Assinale a alternativa correta a respeito das notificações do MS-Outlook 2016, em sua configuração padrão.
- (A) Confirmação de leitura indica que a mensagem chegou à Caixa de Entrada do destinatário da mensagem.
 (B) Confirmação de entrega informa que o destinatário recebeu a mensagem.
 (C) O uso de notificações é obrigatório.
 (D) O destinatário não pode decidir sobre o envio de notificações.
 (E) O remetente tem certeza de receber as notificações quando envia uma mensagem.

16. A respeito da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Olímpia, assinale a alternativa correta.

- (A) Será isento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) o imóvel que se destinar à moradia de aposentados, pensionistas e famílias que possuam mais de três filhos menores de idade, nos termos da legislação.
 (B) As associações religiosas e particulares poderão manter cemitérios e dispor sobre o espaço da forma que lhes aprouver, de acordo com o princípio da liberdade religiosa.
 (C) O Poder Público deve ofertar assistência de psicólogos às crianças reprovadas em escolas do ensino fundamental.
 (D) O Município aplicará anualmente na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, no máximo, vinte e dois por cento da receita resultante de impostos.
 (E) A fixação de datas comemorativas de alta significação cívica e cultural para o Município será estabelecida por lei municipal.

17. Considerando as disposições da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Olímpia sobre processo legislativo, assinale a alternativa correta.

- (A) O Prefeito poderá solicitar urgência para a tramitação de projetos de sua iniciativa, os quais deverão ser votados no prazo de sessenta dias.
 (B) Dependerá do voto favorável da maioria absoluta da Câmara a criação de plano de carreira e de concessão de título de cidadão honorário ou benemérito.
 (C) O projeto de resolução é aquele que regula matéria de competência municipal, de acordo com as definições da Constituição Federal, de iniciativa da Câmara Municipal.
 (D) A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada mediante iniciativa popular assinada por, no mínimo, cinco por cento dos eleitores residentes no Município.
 (E) Compete privativamente à Câmara Municipal a iniciativa de projeto de lei sobre diretrizes orçamentárias.

- 18.** A respeito do Regimento Interno da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, assinale a alternativa correta sobre as Comissões.
- (A) A Comissão de Justiça e Redação deve opinar sobre o aspecto constitucional, legal e regimental das proposições, as quais não podem tramitar na Câmara sem seu parecer, salvo nos casos excepcionais previstos no Regimento.
 - (B) As Comissões deliberarão com a presença da maioria absoluta de seus membros, e respectivos líderes partidários.
 - (C) As Comissões Especiais serão constituídas mediante requerimento subscrito por um quinto, no mínimo, dos membros da Câmara.
 - (D) As Comissões de Representação têm por finalidade representar o Município em atos externos de caráter social, especialmente aqueles relacionados à divulgação dos atrativos turísticos do local.
 - (E) As Comissões Especiais de Inquérito funcionarão por prazo certo, para averiguar fatos determinados, mediante prévia autorização judicial.
- 19.** A respeito das sessões legislativas, assinale a alternativa correta de acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia.
- (A) As sessões da Câmara serão ordinárias e extraordinárias.
 - (B) As sessões ordinárias terão duração de cinco horas, com início às dezenove horas, e se realizarão na primeira, na segunda e na quarta segundas-feiras de cada mês.
 - (C) As sessões extraordinárias serão convocadas por parlamentar cujo partido tenha representação na Mesa.
 - (D) As sessões de caráter comemorativo podem ser convocadas mediante requerimento da maioria simples dos parlamentares.
 - (E) As sessões ordinárias e extraordinárias poderão ser suspensas por um quinto dos vereadores presentes, de acordo com pedido devidamente fundamentado.
- 20.** Determinada autoridade teve ciência de irregularidades praticadas por um servidor público. Considerando as disposições da Lei Complementar nº 1/1993, do Município da Estância Turística de Olímpia, assinale a alternativa que melhor se aplica ao caso hipotético.
- (A) A autoridade é obrigada a promover a apuração dos fatos e a responsabilidade do servidor, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, sendo assegurados ao servidor o contraditório e a ampla defesa.
 - (B) A autoridade poderá, cautelarmente, determinar a suspensão preventiva do servidor.
 - (C) A instauração de processo administrativo é obrigatória, qualquer que seja a penalidade atribuída à falta cometida.
 - (D) Sindicância e processo administrativo e disciplinar são sinônimos, de acordo com a referida legislação.
 - (E) A sindicância, por conta de sua natureza inquisitória, comporta o inafastável direito constitucional ao contraditório.
- 21.** A respeito do regime dos servidores públicos do Município da Estância Turística de Olímpia, disposto na Lei Complementar nº 1/1993, assinale a alternativa correta.
- (A) O estágio probatório é o período de dois anos de exercício do servidor a partir de sua posse em caráter efetivo.
 - (B) Reversão é o retorno do servidor após ser constatado que não mais subsistem os motivos que lhe afastaram do serviço público, em razão de sindicância.
 - (C) O servidor terá direito ao acúmulo de férias.
 - (D) A readaptação é a passagem do servidor de um para outro cargo, de mesma denominação, atribuições e vencimentos, pertencente a órgão de lotação distinta.
 - (E) Reintegração é o reingresso no serviço público municipal de servidor demitido, com ressarcimento dos prejuízos, em virtude de decisão judicial.
- 22.** A Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia deve garantir o sigilo, a segurança e a integridade dos dados existentes nos sistemas e armazenados nos servidores de arquivos. Nos termos da Lei Complementar nº 2/2021, essa atribuição se insere no âmbito da
- (A) Diretoria Administrativo Financeira.
 - (B) Procuradoria.
 - (C) Controladoria.
 - (D) Diretoria de Comunicação.
 - (E) Diretoria Legislativa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 23.** A respeito das competências da Procuradoria da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, previstas na Lei Complementar nº 2/2021, é correto afirmar que o órgão deve
- (A) assessorar os vereadores na análise da viabilidade jurídica dos projetos de lei a serem apresentados.
 - (B) emitir pareceres sobre os assessores a serem contratados pelos vereadores.
 - (C) coordenar a atuação dos procuradores do Município, nos termos de lei complementar.
 - (D) representar a Câmara, em juízo ou fora dele, na defesa de seus direitos e interesses, na propositura de ações judiciais e na apresentação de defesas e recursos.
 - (E) representar a Câmara e o Poder Executivo nos casos cujos projetos de lei tenham sido originários da iniciativa popular.
- 24.** Determinado servidor da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, que já possuía título de mestre, concluiu recentemente curso de doutorado em área do conhecimento ligada à de seu cargo público. Considerando as disposições da Lei Complementar nº 3/2021, é correto afirmar que o referido servidor possui direito ao adicional de escolaridade
- (A) no percentual de 25% sobre o salário base, cumulando-se com o adicional já percebido quando concluiu o mestrado.
 - (B) no percentual de 20% sobre o salário base, cumulando-se com o adicional já percebido quando concluiu o mestrado.
 - (C) no percentual de 25% sobre o salário base, que não é concedido de forma acumulativa.
 - (D) no percentual de 27,5% sobre o salário base, que não é concedido de forma acumulativa.
 - (E) no percentual de 30% sobre o salário base, desde que exista compatibilidade entre a titulação apresentada e as atribuições de seu cargo público e que a titulação seja oriunda de universidade pública.
- 25.** A respeito do sistema de avaliação de desempenho do servidor, previsto pela Lei Complementar nº 3/2021, é correto afirmar que
- (A) é utilizado para fins de avaliação do servidor, sem repercussão sobre a evolução funcional.
 - (B) a avaliação é realizada pelo superior hierárquico, com anuência do presidente da Câmara Municipal.
 - (C) serão avaliados aqueles que tenham, no mínimo, seis meses de serviços consecutivos na Câmara Municipal, no decorrer do período avaliado.
 - (D) é utilizado para fins de avaliação durante o estágio probatório.
 - (E) é utilizado para fins de avaliação do servidor, cuja estabilidade pode ser afastada em razão de seu desempenho.
- 26.** Assinale a alternativa que está em conformidade com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- (A) Ainda que se destine à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
 - (B) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
 - (C) Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura quando a lei revogadora perde a vigência.
 - (D) Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece, salvo em se tratando de direitos indisponíveis.
 - (E) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com as suas convicções e os princípios éticos.
- 27.** A Lei “X” foi oficialmente publicada no dia 03.01.2022 e não estabeleceu quando entraria em vigor. Todavia, em 04.02.2022, houve uma nova publicação do seu texto destinada à correção. Considerando esses fatos, bem como o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar que a Lei “X”
- (A) e a parte corrigida entram em vigor 30 dias após a sua última publicação.
 - (B) entra em vigor 30 dias após a primeira publicação, mas a parte corrigida entra em vigor 30 dias após a nova publicação, por ser considerado lei nova.
 - (C) e a parte corrigida entram em vigor 45 dias após a nova publicação.
 - (D) entra em vigor 45 dias após a primeira publicação, mas a parte corrigida entra em vigor 45 dias após a nova publicação, por ser considerado lei nova.
 - (E) e a parte corrigida entram em vigor 60 dias após a nova publicação.
- 28.** Segundo o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro,
- (A) o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de imprudência, negligência ou imperícia.
 - (B) as sanções aplicadas ao agente não serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.
 - (C) nas esferas administrativa, controladora e judicial, a decisão com base em valores jurídicos abstratos deve desconsiderar as consequências práticas dessa decisão.
 - (D) as leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil quando afetarem os direitos e garantias individuais.
 - (E) a sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.

- 29.** Nos moldes do que dispõe a Lei Complementar nº 95/1998, a vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula “entra em vigor na data de sua publicação” para as leis
- (A) de pequena repercussão.
 - (B) complementares.
 - (C) ordinárias.
 - (D) de grande repercussão.
 - (E) codificadas.
- 30.** As sociedades de economia mista
- (A) são dotadas de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei, em que a maioria das suas ações pertence ao Estado, seja à Administração Direta, seja à Indireta.
 - (B) não se submetem ao princípio da especialização, tendo liberdade para explorar empreendimentos ou exercer atividades outras além daquelas previstas em lei.
 - (C) submetem-se ao controle estatal, interno, exercido pelo Poder Executivo, e externo, pelo Poder Judiciário, com o auxílio do Poder Legislativo e dos Tribunais de Contas.
 - (D) constituem-se sob a forma de sociedade anônima, e suas ações com direito a voto pertencem, em sua maioria, à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou à entidade da administração indireta.
 - (E) poderá ser constituída por qualquer das formas admitidas em direito, podendo adotar a estrutura de sociedade civil ou comercial, devendo contar com um conselho de administração e, em funcionamento permanente, com o conselho fiscal.
- 31.** No tocante à subconcessão de serviço público pela concessionária, é correto afirmar que
- (A) é admitida a subconcessão, ainda que não prevista no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.
 - (B) o subconcessionário se sub-rogará nos direitos e obrigações da subconcedente, mesmo os que excedam os limites da subconcessão.
 - (C) a transferência de concessão ou do controle societário da concessionária independe de anuência prévia do poder concedente.
 - (D) fora o contrato de subconcessão, a concessionária não poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido.
 - (E) a outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência.
- 32.** Os atos administrativos que contêm uma declaração de vontade do Poder Público coincidente com a vontade do particular e os atos que visam disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional de seus agentes, emanados do poder hierárquico da Administração, são denominados, respectivamente, de
- (A) negociais e ordinatórios.
 - (B) declaratórios e imperativos.
 - (C) consensuais e corretivos.
 - (D) enunciativos e normativos.
 - (E) declaratórios e disciplinares.
- 33.** No tocante à validade dos atos administrativos, quando há vício de competência na sua expedição, diz-se que o ato foi praticado com
- (A) desvio de poder.
 - (B) desvio de finalidade.
 - (C) excesso de poder.
 - (D) imoralidade.
 - (E) desvio de motivação.
- 34.** A sua natureza é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos. Esses elementos caracterizam as
- (A) autarquias.
 - (B) agências reguladoras.
 - (C) empresas estatais.
 - (D) sociedades de economia mista.
 - (E) organizações sociais.
- 35.** Assinale a alternativa correta a respeito da competência no âmbito do processo administrativo, segundo dispõe a Lei nº 9.784/1999.
- (A) A competência pode ser renunciada a qualquer tempo.
 - (B) A delegação de competência é irrevogável.
 - (C) A edição de ato de caráter normativo pode ser delegada.
 - (D) É possível a delegação a quem não seja hierarquicamente subordinado.
 - (E) O ato de delegação a órgão inferior dispensa a sua publicação no meio oficial.

36. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, na hipótese de um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o respectivo processo administrativo
- (A) não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.
 - (B) ficará suspenso, e um novo prazo será assinalado para a devida apresentação do parecer, devendo ser apurada a causa do ocorrido.
 - (C) terá regular prosseguimento, mas o parecer deverá ser juntado até a decisão final do processo.
 - (D) poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.
 - (E) terá regular prosseguimento, salvo se uma das partes requerer o seu sobrestamento para a elaboração do parecer, hipótese em que será concedido novo prazo para a sua juntada.
37. Assinale a alternativa que contempla hipótese em que a Lei nº 8.429/92 (com alterações da Lei nº 14.230/2021), em tese, prevê expressamente a responsabilização por ato de improbidade administrativa.
- (A) Ato cometido por aquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra culposamente para a prática do ato de improbidade.
 - (B) Sócio de pessoa jurídica de direito privado à qual é imputado ato de improbidade do qual não participou e nem obteve benefício direto.
 - (C) Pessoa jurídica que cometeu ato de improbidade que também é sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
 - (D) Exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito.
 - (E) Ato de improbidade praticado contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação o erário haja concorrido, mas que não faz parte da administração indireta.
38. Rebeca e Isaque são empregados e vieram a se candidatar a cargo de direção no sindicato a que pertencem. A primeira foi eleita, mas o segundo conseguiu apenas a vaga de suplente. No entanto, Rebeca já terminou seu mandato como diretora há três meses. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Constituição Federal, e que nenhum deles cometeu falta grave, é correto afirmar que Isaque
- (A) não poderá ser dispensado pelo seu empregador, mas Rebeca poderá ser dispensada, tendo em vista que já não mais pertence ao sindicato.
 - (B) não poderá ser dispensado pelo seu empregador, mesmo sendo apenas suplente, e Rebeca também goza da estabilidade no emprego, mesmo que findo seu mandato.
 - (C) poderá ser dispensado pelo seu empregador, uma vez que a suplência não garante a sua estabilidade no emprego, mas Rebeca não poderá ser dispensada, pois ainda tem direito à estabilidade.
 - (D) poderá ser dispensado pelo seu empregador apenas depois de findo o seu mandato, enquanto Rebeca já pode ser dispensada, uma vez que já terminou o seu mandato.
 - (E) e Rebeca somente poderão ser dispensados pelo seu empregador após seis meses do final dos seus respectivos mandatos no sindicato.
39. Pierre é cidadão brasileiro naturalizado, mas adquiriu outra nacionalidade no país em que reside atualmente, que exigiu a sua naturalização como condição para permanência em seu território. Considerando esses fatos, bem como o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Pierre
- (A) perderá automaticamente a nacionalidade brasileira.
 - (B) terá cancelada administrativamente a sua naturalização brasileira.
 - (C) não perderá sua nacionalidade brasileira.
 - (D) terá cancelada a naturalização brasileira, exigida, contudo, nesse caso, decisão judicial transitada em julgado.
 - (E) terá o prazo de um ano para escolher entre as duas nacionalidades.

40. A respeito dos direitos políticos, é correto afirmar que

- (A) serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral na forma estabelecida pela Constituição.
- (B) é condição de elegibilidade a idade mínima de 21 anos para o cargo de Vereador e Deputado Estadual, e 35 anos para Governador do Estado e Presidente da República.
- (C) os Governadores de Estado, os Deputados Federais, Senadores e os Prefeitos somente poderão ser reeleitos para um único período subsequente.
- (D) para concorrerem a outros cargos, os Prefeitos e Vereadores devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- (E) são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau, de Vereador ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito.

41. No tocante à legislação sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, a Constituição Federal estabelece que a competência legislativa

- (A) é comum entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (B) é privativa da União.
- (C) da União será limitada a estabelecer normas gerais.
- (D) é comum entre a União e os Estados, e complementar dos Municípios.
- (E) dos Estados é complementar, e dos Municípios, residual.

42. A respeito dos Deputados e Senadores, é correto afirmar que

- (A) desde a expedição do diploma, os parlamentares serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.
- (B) os parlamentares não poderão, desde a posse, ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- (C) é o ato da posse que confere a prerrogativa aos parlamentares de não poderem ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.
- (D) recebida a denúncia contra o parlamentar, por crime ocorrido após a diplomação, a Casa respectiva, poderá determinar o arquivamento da ação.
- (E) a prisão e o ajuizamento da ação contra os parlamentares dependerão de autorização prévia da respectiva Casa legislativa.

43. Considerando o disposto na Constituição Federal acerca dos tribunais e juízes eleitorais, assinale a alternativa correta.

- (A) O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, sendo dois advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) Todos os membros dos tribunais, os juízes de direito e os integrantes das juntas eleitorais, no exercício de suas funções, gozarão da garantia da vitaliciedade, independência e inamovibilidade.
- (C) Lei ordinária da União, dos Estados e do Distrito Federal disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais.
- (D) Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais não caberá recurso, entre outros casos, quando denegarem *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* ou mandado de injunção.
- (E) São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem a Constituição Federal e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança.

44. Rômulo e Remo são candidatos em determinada eleição política. O primeiro concorreu pelo partido "X", e o segundo, pelo partido "Y", que fazem parte de uma coligação com outros partidos políticos. Os dois candidatos praticaram propaganda eleitoral ilegal sujeita à multa. Conforme o disposto na Lei nº 9.504/1997 (que estabelece normas para as eleições), é correto afirmar que a responsabilidade pelo pagamento da referida multa cabe

- (A) aos candidatos apenas, não alcançando os seus partidos nem os demais partidos da coligação partidária.
- (B) aos candidatos, aos seus respectivos partidos e aos demais partidos da coligação, solidariamente.
- (C) aos candidatos, aos seus respectivos partidos, solidariamente, e aos demais partidos da coligação, subsidiariamente.
- (D) aos candidatos e aos respectivos partidos, de forma solidária, não alcançando os outros partidos da coligação.
- (E) aos candidatos, aos seus respectivos partidos, de forma subsidiária, não alcançando os partidos da coligação.

45. Determinado Presidente de Câmara Municipal gastou sessenta e um por cento de sua receita com a folha de pagamento do Legislativo. Nessa situação hipotética, a Constituição Federal estabelece que o Presidente
- (A) estará sujeito a responder pelo crime de responsabilidade, se o gasto incluir o valor do subsídio de seus Vereadores.
 - (B) responderá por ato de improbidade administrativa, uma vez que excedeu o limite constitucional de gastos, independentemente do tipo de despesa realizada.
 - (C) não será responsabilizado por eventual crime se, no gasto, estiver incluído o valor dos subsídios de seus Vereadores.
 - (D) responderá por ato de improbidade administrativa, se no gasto, não estiver incluído o valor dos subsídios dos seus Vereadores.
 - (E) responderá por ato de improbidade administrativa, se no gasto estiver incluído o valor dos subsídios dos seus Vereadores.

46. Tertúlio é Prefeito municipal e candidato à reeleição nas próximas eleições. Durante o período da campanha eleitoral, ele, que continua no cargo, convocou reunião em sua residência oficial para tratar de sua própria campanha eleitoral, mas sem caráter de ato público. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 9.504/97, no tocante às condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais, é correto afirmar que a conduta de Tertúlio
- (A) é permitida, não tendo ele incorrido em qualquer ato ilegal.
 - (B) é vedada, e ele estará sujeito, entre outras sanções, à multa.
 - (C) é vedada, e ele ficará sujeito à cassação do registro da candidatura, mas poderá terminar o mandato atual.
 - (D) é vedada, e ele ficará sujeito à multa e cassação do registro da candidatura e do atual mandato.
 - (E) acarretará as sanções previstas na Lei, se a reunião ocorreu até três meses antes do pleito eleitoral.

47. Em relação aos aspectos gerais da redação oficial, ao abordar os atributos que a caracterizam, o *Manual de Redação da Presidência da República* normatiza, quanto a palavras e expressões em outro idioma, que estas
- (A) devem ser empregadas sem exageros, sempre que necessário, e, nesses casos, os estrangeirismos devem ser acompanhados da tradução entre parênteses.
 - (B) podem ser empregadas sem restrições, uma vez que o contato entre as línguas ampliou a noção de vernáculo, e os estrangeirismos já integram o português.
 - (C) são totalmente proibidas nos documentos oficiais, uma vez que a legislação define que toda comunicação oficial ocorra com a língua portuguesa.
 - (D) devem ser empregadas apenas quando indispensáveis, em razão de serem designações ou expressões de uso já consagrado ou de não terem exata tradução.
 - (E) podem ser empregadas quando o documento oficial for dirigido a uma autoridade bilíngue em território nacional, sendo a tradução facultativa.

Considere o texto para responder às questões de números 48 e 49.

Senhor Chefe de Gabinete,

A Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República aprimorou o Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais – Sidof, com a inserção de novas funcionalidades. Os novos recursos do sistema, serão apresentados aos servidores em módulos organizados por esta Subchefia.

Convido os servidores do [nome do Ministério] para assistir à apresentação do primeiro módulo, a ser realizada em 10 de setembro de 2018, às 9h30, no Auditório desta Subchefia.

Para assegurar o credenciamento, solicito a esse órgão a indicação dos servidores que trabalham com o Sidof, até 28 de agosto de 2018, por meio do endereço eletrônico [endereço eletrônico]:

- a) nome completo do servidor;
- b) número de Cadastro de Pessoa Física;
- c) e-mail institucional, unidade/órgão em que atua;
- e d) login no Sidof (caso esteja cadastrado no Sistema).

Caso o servidor ainda não seja cadastrado no Sistema, será necessário o envio de autorização da chefia imediata. O envio das informações solicitadas acima é fundamental para garantir a inscrição do servidor no evento.

(Manual de Redação da Presidência da República. Adaptado)

48. Procedendo-se à revisão do texto, no processo de edição, deve ser corrigida a passagem:

- (A) A Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República aprimorou o Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais – Sidof...
- (B) Os novos recursos do sistema, serão apresentados aos servidores em módulos organizados por esta Subchefia.
- (C) ... para assistir à apresentação do primeiro módulo, a ser realizada em 10 de setembro de 2018, às 9h30, no Auditório desta Subchefia.
- (D) Para assegurar o credenciamento, solicito a esse órgão a indicação dos servidores que trabalham com o Sidof, até 28 de agosto de 2018...
- (E) Caso o servidor ainda não seja cadastrado no Sistema, será necessário o envio de autorização da chefia imediata.

49. Considerando-se que a comunicação ocorre entre interlocutores de mesmo nível hierárquico, o fecho do texto deve ser:

- (A) Atenciosamente
- (B) Divulgue-se
- (C) Aguardo confirmação
- (D) Respeitosamente
- (E) Votos de estima e admiração

50. Os documentos oficiais devem ser identificados da seguinte maneira:

- a)** nome do documento;
- b)** indicação de numeração;
- c)** informações do documento;
- d)** alinhamento à esquerda.

(Manual de Redação da Presidência da República. Adaptado)

As informações apresentadas dizem respeito à identificação do

- (A) assunto.
- (B) cabeçalho.
- (C) endereçamento.
- (D) signatário.
- (E) expediente.

